

Charles Tilly (1929-2008): In Memoriam

António Rosas

9 de Junho de 2008

O que distingue um bom cientista, seja ele historiador, sociólogo, cientista político, ou qualquer outro, são as dúvidas, ou melhor dizendo, a qualidade das suas dúvidas. As dúvidas sobre as crenças básicas de todo o tipo que necessariamente contaminam a teoria e a forma como esta se relaciona com os métodos que aplica e as hipóteses que testa. De que modo o que pensamos sobre a realidade é ajustado? E de que modo esse “conhecimento” pode ser aprimorado? Como todos os grandes cientistas do passado e do presente, Charles Tilly foi um homem avassalado pelas dúvidas, e foi nesse questionamento incessante que se redimiou até à grandeza o corpo aparentemente frágil da sua obra.

Charles Tilly faleceu. E com ele desapareceu a fonte criadora de alguma da melhor historiografia social e política norte-americana. O que nos deixou, porém, é já de si imenso, para não dizer excitante e inspirador. Em Tilly há de tudo, desde os seus trabalhos sobre a metodologia social construtivista moderada, aos seus trabalhos pioneiros sobre os movimentos sociais europeus dos séculos XVI e XVIII, e ao inextinguível trilha dos estudos sobre a for-

mação dos Estados europeus. Nesta pequena homenagem bio-bibliográfica sobre um dos maiores sociólogos e historiadores do nosso tempo, apenas abordaremos o trabalho de Tilly sobre a formação do Estado, não por representar o melhor ou o cume da sua obra, mas sim por ser tão importante e central no conjunto desta que não apenas irradia a sua influência sobre as outras áreas de pesquisa como é um veículo privilegiado para acompanhar, mesmo que sumariamente, o percurso vital do autor.

A iovação instável e profícua das ideias de Tilly sobre a formação dos Estados europeus é talvez uma das ideias centrais menos dubitativas da sua obra. Talvez não seja exagerado dizer que foi praticamente desde os seus primeiros trabalhos, em grande parte influenciados pelo seu professor, Barrington Moore Jr. (*As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*), que Tilly resiste ao paradigma dominante nos estudos históricos e sociológicos sobre o Estado de que as formações estatais obedecem a leis evolutivas que têm o seu modelo na Europa, mais precisamente na Grã-Bretanha e em França. Contra Almond e contra os grandes politólogos americanos dos anos 60 e 70, Tilly impulsiona então uma visão alternativa, logo a partir de 1975, com o seu *The Formation of National States in Western Europe*.

Tilly, que entretanto se doutorara em sociologia pela prestigiada Harvard (1958) e publicara, seis anos depois, o seu primeiro livro, *The Vendée*, no qual retomara e refutara a Dissertação Doutoral, segue mais uma vez os passos do irreverente Barrington Moore, ao defender que os Estados-Nação do mundo moderno não são modelos formais e exógenos de relações de autoridade, mas sim conglo-

merados de relações de poder baseado, principalmente, no sucesso bélico de certos grupos organizados pelo controlo do poder militar.

Este cair das nuvens do conceito do Estado estava naturalmente em desacordo com as premissas formais dos funcionalistas americanos e dos teóricos das teorias do desenvolvimento. Por outro lado, equivalia a um profundo envolvimento e a uma verdadeira interpenetração da sociologia com a história, um dos temas maiores do percurso metodológico posterior de Tilly. A cegueira analítica do modelo formal era superada pela análise documentada e minuciosa das componentes espaço-temporais dos fenómenos históricos, de modo que a formação estatal, muitas vezes associada a processos revolucionários e contra-revolucionários (dois outros temas tillianos importantes), também podia ser investigada nas suas origens e modos de expansão através da análise de processos historicamente localizados e verificados.

Esta ideia da Formação Estatal (*State Formation*), que seria, como dissemos, muito mal compreendida e interpretada pelos funcionalistas da época (que o acusavam de não ser capaz de compreender e de seguir as regras da disciplina, ou seja, de ser um mau sociólogo), passaria então a ser englobada por Tilly numa teoria mais ampla, de contornos adaptativos e reticulares, sobre as sociedades industriais e pós-industriais, cujos contornos e conceitos centrais seriam muitas vezes reavaliados à luz das novas investigações e da pesquisas do passado. Em 1993, Tilly publicaria o seu *European Revolutions, 1492-1992*, onde, pela primeira vez, integra nas suas perspectivas sobre os processos de formação estatal algumas das ferramentas conceptuais

que o seguirão até à actualidade. Uma das inovações teóricas com implicações metodológicas imediatas é a ideia de que essas formações foram geradas, na maior arte dos casos, por processos revolucionários propulsionados pela concatenação causal de mecanismos e processos contingentes.

Esta inovação, que livraria Tilly de vez de qualquer concepção evolucionista e formal das sociedades ao ponto de, nas suas palavras, poder ter servido, se tivesse sido descoberta antes, para refutar muitas das conclusões já de si inovadoras que expusera no *The Vendée* (em parte como crítica à versão proto-funcionalista que o grande historiador francês Georges Lefebvre oferecera sobre as origens e a natureza da Revolução Francesa), marcaria uma segunda fase no percurso intelectual de Tilly, cujos limiares de sistematicidade mínimos seriam alcançados em obras posteriores como *Dynamics of Contention* (2001, co-editado com dois especialistas em movimentos sociais, Doug McAdam e Sidney Tarrow) e *Contention and Democracy in Europe, 1650-2000* (2004). Ou seja, será integrada numa concepção agónica das sociedades modernas, cuja produção histórica é indissociável das relações de poder entre vários actores motivados pelo controlo do poder estatal ou de poderes sociais derivados através da contestação (*Contention*; sobre este e outros conceitos centrais, ver um artigo do autor desta resenha publicado nesta revista).

Num esforço para sintetizar o que dissemos, poderemos talvez dizer que é nas suas últimas obras que Tilly desenvolve um conjunto de ferramentas úteis que lhe permitem compreender melhor como certas democracias foram produzidas a partir de processos de formação Estatal

idiossincráticos e irreprodutíveis. Será a partir do estudo de eventos espaço-temporais limitados (catálogos de eventos), cuja natureza é iminentemente histórica, que Tilly tentará compreender como certos grupos vitoriosos na luta pelo controlo da coerção ampliaram ou negociaram incidentalmente a sua posição sobre as populações, os aliados ou os antagonistas, resistindo, em certos casos, ou propulcionando, noutros, certos mecanismos e processos contingentes sem os quais não existiriam as polites democráticas do passado e do presente.

Aberta ao futuro, a teoria tilliana leva-nos pois a interrogar analiticamente o Estado numa base histórica materialista e espaço-temporalmente delimitada, impregnada de pesquisa analítica e de documentação histórica, permitindo-nos investigar o modo como esse conflito profundo e relativamente recente das civilizações sobreviverá a novos problemas e desafios. Por outras palavras, como se processarão a extracção e a coerção estatais sobre os novos adversários e aliados das democracias consolidadas? Como se institucionalizarão as novas identidades e as novas cidadanias no contexto útil da autoridade Estatal? No futuro, assistir-se-à a um retrocesso. ou a um reforço, das posições de tutela estatais que sabemos serem contingentes? E, principalmente, como será e deverá ser o Estado de um sistema político democrático?

Sem Tilly, é muito provável que não existissem estas questões. O que não é pouco. Serão poucos os cientistas que poderão orgulhar-se de um tal palmarés: o de questionarem escolas e modos convencionais de pensar e de investigar, para procurarem alternativas oferecendo melhores

explicações e respostas.¹

¹António Rosas - Doutorado em Ciências Políticas e Sociais, Universidade de Santiago de Compostela, Mestre em Cultura e Comunicação, Universidade do Porto